

ELEIÇÕES 2010

CHEGA DE INIQUIDADE!

À igreja brasileira,

Nós, do Evangélicos pela Justiça – EPJ, somos um movimento de evangélicos e evangélicas, organizados visando à busca da justiça do Reino de Deus no enfrentamento dos problemas sociopolíticos.

Queremos, com esta declaração, trazer um apelo às nossas igrejas a fim de contribuir com sua maturidade em meio a cada vez maior engajamento em questões sociopolíticas. Após um longo período de “apoliticismo”, líderes evangélicos passaram a defender, com a redemocratização, a participação política dos evangélicos. Saudamos este novo ativismo e militância política que trouxe a comunidade evangélica para a discussão dos rumos do país!

Embora haja alguns exemplos de fidelidade ao espírito do Evangelho e participação responsável na política os quais é necessário reconhecer, as últimas eleições e processos políticos têm testemunhado que, embora cada vez mais presente no jogo político, a participação dos evangélicos tem produzido, na maioria dos casos, mais vergonha que testemunho ético pela causa da justiça e do direito: troca de votos por concessões de rádios e canais de TV, envolvimento em escândalos, todo tipo de rendição aos vícios da política brasileira como o nepotismo, o clientelismo e o patrimonialismo, e a mentalidade de curral eleitoral e defesa de interesses corporativos. Infelizmente, a maioria desses problemas decorre da falta de princípios coerentes com o evangelho por parte de determinadas igrejas e pastores na compreensão do papel das igrejas na arena política, mas também da falta de experiência participativa de muitos irmãos e irmãs. Isto produz concepções e práticas distorcidas sobre a política.

À luz de recentes declarações de alguns pastores com o fim de “demonizar” certos partidos e candidaturas e sua repercussão na comunidade evangélica, fato que não é novo na história recente de sua participação política, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade de reflexão sobre alguns pontos:

1. Infelizmente, muitos têm se desmotivado a exercer suas obrigações como cidadãos e cidadãs responsáveis, emitindo sua opinião, votando de forma séria e consciente e acompanhando representantes e governos eleitos, em virtude de sucessivos escândalos e de estruturas partidárias e governamentais que não incentivam a participação cidadã consequente. Apesar de tudo, motivados pelo compromisso com o evangelho, acreditamos que é fundamental a participação no processo político-eleitoral e no enfrentamento dos problemas sociais para a

construção de uma sociedade mais justa para todos conforme nos ensinam as Escrituras e o exemplo de Jesus.

2. O período das eleições é um momento extremamente importante para o destino do povo brasileiro. Nossas igrejas podem e devem contribuir significativamente para a construção e fortalecimento da democracia. Defendemos que a democracia pode ser fortalecida com o engajamento ético e prático de nossas lideranças e igrejas nos momentos eleitorais, sobretudo através de momentos de formação que permitam aos seus membros adquirir uma visão crítica da realidade política e social para que não sejam facilmente enganados por fatos infundados, por corruptos ou por aqueles que querem enriquecer às custas do sofrimento do povo.
3. Para isso, sustentamos que boas ponderações políticas devem acontecer em espaços abertos ao diálogo com a participação de diferentes vozes. Nesse sentido, alertamos para o fato de que nossas igrejas são formadas por pessoas que defendem diversos candidatos de diversos partidos políticos e todos merecem respeito em suas escolhas como cidadãos e cidadãs. Qualquer tentativa de manipulação, coerção religiosa ou campanhas difamatórias pode enfraquecer a democracia, promover animosidades, transformar igrejas em currais eleitorais e produzir um péssimo testemunho perante a sociedade.
4. Rejeitamos, portanto, como sendo indignos do evangelho e da nossa herança reformada qualquer tipo de terrorismo eleitoral, formação de curral, demonização de candidatos e partidos — sejam quais forem — e ataque à liberdade de pensamento e expressão política nas nossas igrejas. Não negamos o direito a qualquer defesa de considerações ou opiniões a favor ou contra projetos de lei ou planos governamentais, pelo contrário. Todos necessitam ser amplamente debatidos e conhecidos pela população. Ao mesmo tempo, é ingenuidade política ou manipulação ideológica pregar purismos partidários. Também o é ignorar que a manifestação de opinião que incita à discriminação e/ou à violência não pode ser admitida numa sociedade democrática. Não existem partidos políticos e candidatos perfeitos. Qualquer leitura política e escolha eleitoral devem considerar a coerência com TODOS os valores do Evangelho, não apenas alguns, que se apliquem àquela situação, buscando avaliar conjuntamente aqueles programas de governo que contribuam para a melhoria das condições de vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, e mais se aproximem, assim, do princípio do amor ao próximo como a Deus que é a regra áurea do Evangelho.
5. Quanto a recentes declarações sobre a institucionalização da iniquidade no Brasil, nos perguntamos se nesse conceito cabem também as péssimas condições de saúde, educação, moradia, trabalho e renda, na cidade e no campo; se cabe a desfaçatez das elites brasileiras que há mais de 500 anos institucionalizaram a opressão da maioria da população brasileira, primeiro do

indígena, depois, e ainda, dos negros, e das classes populares, entre outros grupos e segmentos; se cabe o racismo institucionalizado que nega direitos por causa da cor da pele; se cabe a violência institucionalizada que mata milhares de jovens a cada ano; se cabe a discriminação institucionalizada contra a mulher que ainda sofre violências e preconceito no mercado de trabalho, no lar e nas igrejas; se cabe o descaso institucionalizado com as crianças e os jovens aos quais lhes é negado o direito à vida digna; se cabe o descaso institucionalizado com os que vivem no campo, sem terra e sem condições de subsistência; se cabe o descaso institucionalizado com os idosos e idosas que contribuíram a vida inteira com o seu trabalho mas que não têm direito a uma aposentadoria e saúde decentes; se cabe a caricatura de grupos minoritários; e assim por diante. Sem negar as mudanças de valores por que passa a sociedade brasileira no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, os quais necessitam ser discutidos democraticamente, semelhantemente ressaltamos a necessidade de se combater a iniquidade que assalta a vida nas suas mais diferentes expressões, algumas das quais elencadas acima.

6. Considerando o que foi dito acima e seu compromisso com os valores do Evangelho, o movimento Evangélicos pela Justiça (EPJ) recomenda o voto naqueles candidatos e candidatas e programas de governo que sustentam a superação das históricas desigualdades brasileiras, que não signifiquem retrocesso nas conquistas dos direitos sociais, culturais e econômicos, que não criminalizem os movimentos sociais e a luta da sociedade civil organizada, que defendam políticas públicas que garantam desenvolvimento com justiça e sustentabilidade para as próximas gerações, e que levem o Brasil a defender posições internacionais comprometidas com a justiça e equilíbrio geopolíticos.

Nesse espírito, dizemos CHEGA DE INIQUIDADE! e conclamamos a todos a se engajar tanto nesse período eleitoral como após o mesmo, buscando mais justiça para todos e a diminuição do sofrimento de nosso povo.

Felizes os que têm fome e sede de justiça!

EVANGÉLICOS PELA JUSTIÇA – EPJ

www.epj.org.br

O EPJ - Evangélicos pela Justiça é um grupo de evangélicos/protestantes que tem como objetivo dialogar, propor melhorias e realizar atividades que contribuam para a redução dos problemas políticos e sociais existentes que geram e perpetuam as desigualdades sociais e injustiças em nosso país. É formado por 112 lideranças evangélicas representativas de várias igrejas evangélicas de 17 estados do Brasil.